da Polícia Civil. Não é diferente o salário da Polícia Civil e da Polícia Militar no Paraná e em outros estados, que nós comparamos. Então, no Paraná, a Polícia Militar...

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputado Marcolino, um momentinho. Peço desculpas a V. Exa., mas tenho que fazer uma retificação aqui de convocação.

Esta Presidência retifica a convocação da segunda sessão extraordinária, a realizar-se hoje, para que tenha início 20 minutos após o término desta sessão, mantendo os demais tempos. Devolvo a palavra a Vossa Excelência.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Obrigado, Sr. Presidente. Então o mesmo quadro que eu apresentei da Polícia Militar aqui também tem da Polícia Civil, comparando com o estado do Paraná e comparando com a tabela da cidade do Rio de Janeiro. Também, olha, coronel, 24.050 reais; tenente coronel, 21 mil reais e 600; major, 17.300 reais; capitão, 13.800 reais; e por aí vai.

Para concluir minha fala ainda dentro do meu tempo, aqui também da Polícia Civil. Aqui é o ranking salarial dos delegados da Polícia Civil no Brasil. A gente olha aqui, o maior salário hoje da Polícia Civil no País, delegados, no Mato Grosso, é de 22.446 reais. Olha, 22.446 reais. Em Alagoas, 21.890 reais. Em Goiás, 21.615 reais.

Em Santa Catarina, 20.847 reais. No Rio de Janeiro, 20.590 reais. Aí vai descendo, descendo, descendo, descendo, para chegar no estado de São Paulo, aqui no valor de 12.458 reais e, aí, corrigindo pela tabela apresentada, o delegado vai passar agora de 12.000 para 14.303 reais aqui no estado de São Paulo, mostrando que tem estado como Mato Grosso, Alagoas, Goiás, Amazonas, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Pará, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Roraima, Paraná, Distrito Federal, mostrando aqui a comparação que tem dos onze estados com o estado de São Paulo.

O último gráfico que quero mostrar para vocês, o do escrivão, na mesma proporção. O estado de São Paulo é o 18.º comparando com os onze estados do nosso País. Então o Estado mais rico da nação, o Estado mais populoso da nação, os policiais militares e os policiais civis recebem um dos piores salários que nós temos no País.

Então, poderia, sim, muito bem ajustar e adequar o projeto. São 45 emendas, e repito, o Governo do Estado de São Paulo, o secretário da Segurança Pública não acataram sequer uma única emenda apresentada pelos deputados da Assembleia Legislativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Esgotado o tempo regimental dessa presente sessão, está encerrada. Lembramos ainda os nossos deputados que daqui a 20 minutos teremos a segunda sessão extraordinária.

* * *

- Encerra-se a sessão às 19 horas e cinco minutos.

* * *

17 DE MAIO DE 2023
11ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: ANDRÉ DO PRADO

RESUMO

ORDEM DO DIA
1 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Abre a sessão. Coloca em discussão o PLC 75/23.
2 - ALTAIR MORAES
Solicita a suspensão da sessão por cinco minutos, por acordo de lideranças, às 19h28min.
3 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Defere o pedido e suspende a sessão às 19h28min, reabrindo-a às 19h31min.
4 - MAJOR MECCA
Discute o PLC 75/23.
5 - SIMÃO PEDRO
Discute o PLC 75/23.
6 - CAPITÃO TELHADA
Discute o PLC 75/23.
7 - EDIANE MARIA
Discute o PLC 75/23.
8 - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS
Discute o PLC 75/23.
9 - PROFESSORA BEBEL
Discute o PLC 75/23.
10 - CAIO FRANÇA
Discute o PLC 75/23.
11 - SIMÃO PEDRO
Para comunicação, faz pronunciamento.
12 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Endossa o pronunciamento do deputado Simão Pedro.
13 - VALDOMIRO LOPES
Discute o PLC 75/23.
14 - GIL DINIZ
Discute o PLC 75/23.
15 - REIS
Discute o PLC 75/23.
16 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Informa haver dois requerimentos de método de votação ao PLC 75/23.
17 - CARLOS CEZAR
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
18 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Anota o pedido.
19 - LEONARDO SIQUEIRA
Para comunicação, faz pronunciamento.
20 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Defere o pedido do deputado Carlos Cezar. Levanta a sessão.

* * *

- Abre a sessão o Sr. André do Prado.

* * *

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.
Ordem do Dia.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Discussão e votação adiada do Projeto de lei Complementar no 75, de 2023, de autoria do Sr. Governador. Para discutir contra, nobre deputado Capitão Telhada. Primeiro, estava inscrito o deputado Rafael Saraiva; retificando.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Um acordo aqui entre os líderes: pedir cinco minutos de suspensão, por favor.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Havendo acordo entre as lideranças, cinco minutos de suspensão dos nossos trabalhos.

* * *

- Suspensa às 19 horas e 28 minutos, a sessão é reaberta às 19 horas e 31 minutos, sob a Presidência do Sr. André do Prado.

* * *

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Reaberta a sessão. Com a palavra para discutir contra o deputado Rafael Saraiva.

O SR. RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Presidente, passo meu tempo para o deputado Major Mecca.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - É regimental. Então o deputado Major Mecca tem o tempo regimental.

O SR. MAJOR MECCA - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, todos que nos acompanham aqui da galeria do plenário da Assembleia Legislativa de São Paulo, quem nos acompanha pela rede social. Hoje está sendo discutido um projeto de lei complementar muito importante para os policiais do estado de São Paulo, o PLC 75.

Esse projeto de lei trata da recomposição salarial desses homens e mulheres que defendem você, trabalhador, cidadão paulista. Desde que nós tivemos contato com essa tabela de percentual distribuído entre postos e graduação, nós fomos contundentemente contra.

Nós não concordamos com esses percentuais distribuídos dessa maneira entre os postos e graduações da Polícia Militar, entre os postos e graduações da Polícia Civil e daí por diante.

Na oportunidade que nós tivemos de conversar com o governador Tarcísio de Freitas, a primeira atitude foi de agradecimento. Agradecimento pelo fato de nenhum governador haver dado demonstração de tamanho respeito e atenção aos policiais do estado de São Paulo.

Tudo o que foi falado aqui em termos de sofrimento das nossas categorias, de precariedade em termos de recursos humanos, materiais, equipamentos, nós cobramos desta tribuna e daquela sala de reuniões, desde 2019. Nunca fomos ouvidos no estado de São Paulo, nunca.

Quando eu fui eleito, em 2018, minha primeira postura foi me dirigir até o Palácio dos Bandeirantes, no início de 2019, como deputado eleito, para me apresentar para o então governador, Agripino.

Uma postura de apresentar sugestões, propostas, por tudo o que nós conhecemos da Polícia. Nós não fomos recebidos. Eu não fui recebido. Ele mal me conhecia, mas, como governador, a soberba dele estava acima de qualquer coisa, e não nos recebeu.

Inclusive, foi mal-educado comigo e com todos os policiais do estado de São Paulo em inúmeras reuniões aqui dentro desta Casa, que grande parte dos senhores acompanharam.

Deu soco na mesa, falou que a polícia de São Paulo seria a segunda mais bem paga do Brasil, e nós não acreditamos e pronto, porque também, 31 anos de Polícia, não é difícil você reconhecer quem está mal-intencionado e está mentindo.

Falo isso para demonstrar que o nosso primeiro gesto, quando nós fomos falar com o governador Tarcísio de Freitas, junto com a bancada da Segurança Pública, foi agradecê-lo pelo gesto, mas lamentamos pela forma como essa tabela foi distribuída, em termos de porcentagem, e nos trouxe indignação, trouxe indignação a mim sim, porque os terceiros sargentos e segundos-tenentes, que hoje são veteranos, eu servi ao lado deles, e, repito aqui, eles protegeram a minha vida, eu protegi a vida deles, nós trocamos tiro nas ruas de São Paulo.

Atravessei madrugadas em plantão de delegacia apresentando flagrante, e eu não posso, como falei, olhando nos olhos do governador, eu não posso deixar de trazer, governador, a indignação e a insatisfação desses homens e mulheres com a porcentagem que receberam nessa tabela, e eu não concordo com essa tabela.

Não tive oportunidade de participar, como nenhum integrante da bancada de Segurança teve, e não é assim que se faz política. Política se faz com composição, agregar forças, unir todos os entes participantes do processo e ouvi-los. Ouvir quem tem algo a dizer, quem tem algo a apontar. Esse gesto é importante para o sucesso da missão.

Citamos, sim, a nossa indignação ao receber a surpresa de um artigo aumentando a alíquota previdenciária, e faço essa explanação a todos os senhores, porque eu devo essa satisfação aos policiais o estado de São Paulo e a todos os senhores e senhoras deputados, porque muitos aqui estiveram junto com a bancada de Segurança Pública, contra inúmeras medidas da legislatura anterior, que prejudicaram profundamente os policiais e seus familiares.

Apresentamos uma emenda? Apresentamos, e falei para o governador: "governador, eu não posso desrespeitar quem eu sou, quem eu fui, com quem eu caminhei ao longo da minha vida, porque a insatisfação deles é a minha insatisfação".

Por esse motivo, eu apresentei a emenda junto com os demais integrantes da Segurança Pública: deputado Conte Lopes, deputado Danilo Balas, deputado Gil Diniz, deputado Capitão Telhada, deputado Lucas Bove e outros deputados também acompanharam essa emenda, primeiro porque sabem e reconhecem o sacrifício e o que representa para o povo de São Paulo as polícias do Estado.

Quando eu faço esse discurso aqui, eu faço esse discurso despido de ideologia política, porque nós, policiais, estendemos as mãos a todos. Quando o atendente de emergência atende o 190, ele não pergunta quem está do outro lado da linha, se pertence a algum partido político, se é branco, se é negro, se é heterossexual, homossexual, se é crente, espírita.

Não pergunta, ele atende ao socorro e a viatura é despachada para o local e nós vamos atender e socorrer a todos no estado de São Paulo. Seja um roubo a banco, seja um roubo a carro forte, seja uma cidade sitiada por integrantes do crime organizado com carros blindados, granadas, fuzis, nós estamos lá. Seja para atender uma briga de casal no interior de uma residência, nós, 24 horas por dia, nos 365 dias do ano, estamos à disposição do povo de São Paulo e somos a instituição do governo que atende o telefone a qualquer momento.

Talvez se os senhores ligarem para qualquer órgão do governo agora, 19:42, ninguém atenda. A Polícia Militar atende. A PM te atende e vai até a sua casa agora. E se você estiver correndo risco, o policial vai chegar lá e, se precisar, vai entregar a própria vida para defender a sua.

Como que eu não vou defender e apresentar uma emenda em nome desses homens e mulheres? Eu não tenho como. Seria negar a minha história e quem eu sou. Porque eu sou policial, eu estou político.

Sou policial na essência e sou de uma geração que se falar agora, aqui em frente ao Parque do Ibirapuera, tem dez bandidos com fuzil praticando um roubo, roubando um carro forte, eu pulo essa tribuna e vamos até lá. E quem tiver para ir junto, nós vamos juntos.

"Mas estão todos com fuzil". Não interessa, nós vamos bater de frente e para eles fugirem, irem embora daqui, vão ter que trocar com a gente, vão ter que trocar com polícia. E se não for melhor do que nós, vai ficar estendido no asfalto. Vai morrer porque fez a escolha.

E é por esses homens que eu estou falando aqui. A Emenda 43, que nós apresentamos. Isso que eu estou falando para vocês nós falamos em uma reunião dentro do Palácio, com secretário, governador, e falei com a mesma ênfase que eu estou falando aqui, porque eles merecem essa representatividade. Estão todos insatisfeitos, os nossos veteranos, terceiros-sargentos e segundos-tenentes?

Estão, infelizmente.

E como falei ao governador: "É triste ver o senhor, governador, com uma iniciativa nobre, reservar uma fatia significativa do Orçamento e ela ser distribuída dessa maneira". Nós estamos vendo insatisfação em um projeto de recomposição salarial, um projeto em que não há índices de um dígito. É só de dois dígitos para cima.

Deputado Conte Lopes, o deputado Barros Munhoz, que é um decano desta Casa, entende o que nós, parlamentares mais jovens, estamos trazendo aqui a esta Casa Legislativa.

A emenda faz parte do processo legislativo, mas não podemos, como aconteceu... É a materialidade da nossa persistência junto ao governo, em relação à nossa emenda.

Nós não aceitamos o que aconteceu com o integrante da Secretaria de Segurança Pública, que lançou em rede de WhatsApp uma mensagem dizendo que o governador Tarcísio foi traído pela sua base na Assembleia Legislativa e que o governador estava prestes a retirar o projeto daqui desta Casa. Não aceitamos. E foi a materialidade dos esforços da bancada de Segurança desta Casa para levar melhorias aos índices apresentados no projeto.

Fomos, sim, até o limite do diálogo, pois o governador Tarcísio de Freitas dialoga. Dialogou conosco por mais de quatro ou cinco reuniões, nos ouviu e manifestou a todos nós, da bancada da Segurança, que, se esse projeto sofrer alguma alteração, corre-se o risco de ser vetado no Executivo e ninguém ter o reajuste.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Para concluir, deputado Mecca.

O SR. MAJOR MECCA - PL - Para concluir, deputado. Nós apresentamos a Emenda nº 43 em nome desses policiais e eu peço aos senhores para que votem esse projeto.

Não estiquem ainda mais essa corda, porque hoje quem sofre são os policiais do serviço ativo, que também nos pressionam e perguntam se esse projeto será ou não será votado, pelo clima de instabilidade que se criou no âmbito das polícias.

Nós precisamos votar esse projeto e está aí a nossa Emenda nº 43, que subi aqui para defender e fiz a exposição dos motivos pelos quais a defendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Dando sequência à lista de oradores inscritos, para discutir a favor, o nobre deputado Simão Pedro.

O SR. SIMÃO PEDRO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente desta sessão e do Parlamento, André do Prado, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos acompanha aqui na tribuna, pela TV Assembleia, pelas redes sociais, eu já tive oportunidade de discutir esse projeto no congresso de comissões e já me manifestei aqui em outras ocasiões que o projeto tem o mérito de repor parcialmente as perdas salariais inflacionárias de uma parcela do funcionalismo público - no caso, a Polícia Militar e a Polícia Civil -, só que o Projeto nº 75, de 2023, encaminhado aqui pelo governador, ele tem muitos problemas. Alguns nós identificamos, como é o caso da alíquota de desconto dos policiais aposentados. O governador disse que reconheceu o problema.

Ele mesmo encaminhou uma mensagem para cá, mas o problema é que esse projeto - desculpe a expressão, com todo o respeito - ficou um Frankenstein, porque não se sabe quais são os critérios que o governador utilizou para dar um índice para uma parcela dos policiais, um outro índice para outra.

Então ficou uma coisa muito estranha, sem contar os outros problemas que já foram apontados aqui, como um desprestígio da Polícia Civil, que tem um índice de reajuste bem menor do que o da Polícia Militar, a Polícia Penal, que há um compromisso verbal do governador expressado aqui por alguns deputados da base dizendo que ele vai, daqui a três meses, quatro meses, encaminhar aqui um projeto para dar reajuste para a polícia que não foi contemplada nesse projeto.

Mas o que na verdade me motivou a vir aqui discutir, nós fizemos emendas, até propusemos retirar as emendas protocoladas pelo PT, pelo PSOL, pelo PSB em troca de que o governo aprovasse a emenda do Major Mecca, que procura corrigir uma injustiça com relação ao segundo-tenente, aos sargentos. Mas o que nos estranha? Eu nunca vi isso no Parlamento.

E olha que eu já fui deputado aqui por dez anos, três mandatos, acompanho o Parlamento em outros lugares, o Parlamento federal. Eu nunca vi um comportamento como o do governador Tarcísio, que manda um projeto para cá e não aceita qualquer interferência, qualquer emenda, qualquer alteração, obrigando a sua base de forma rebaixada a aceitar o projeto do jeito que ele veio.

Normalmente o Executivo manda um projeto de lei e deixa uma pequena margem para que o Legislativo corrija o problema, melhore no sentido de compartilhar com o Parlamento aquele possível ganho, aquele benefício, mas o que a gente vê do Tarcísio é uma coisa rígida.

Não aceita nenhuma emenda da base. Vou te dar um exemplo: ele alertado pelos deputados da base da injustiça que estava se cometendo de aumentar o desconto dos servidores inativos...

Por exemplo, um servidor que hoje tem um desconto de R$ 540,00 da previdência, estava subindo para R$ 840,00. Nem isso, deputado Valdomiro, o governador permitiu que os próprios deputados aqui pudessem fazer uma emenda e corrigir. Ele mesmo falou: "Não, eu que estou corrigindo". Todo o mérito é dele.

Ele também está assumindo o ônus. Mas eu nunca vi um comportamento desse e o que eu estranho é este Parlamento aceitar passivamente essa situação. No mínimo uma emendazinha nos processos de conversa e de negociação, no mínimo para dizer assim: "O Parlamento ajudou a aperfeiçoar esse projeto", como é de praxe.

É nosso papel fazer isso. Uma das atribuições do parlamentar, além de fiscalizar o governo, além de representar a população em determinadas situações, é votar projeto, seja seu, seja do governo, aperfeiçoando inclusive o projeto que pode ser do próprio deputado e do Executivo.

Essa é nossa atribuição, mas esse papel, deputada Ediane, V. Exa. que assim como eu chega aqui neste Parlamento há dois meses, nem esse papel eles permitem que este Parlamento exerça. Então é uma submissão. Eu queria lembrar, já falei isso para o deputado André do Prado: isso aqui é um Poder.

Nós temos o Poder Executivo, o Judiciário e o Legislativo, mas do jeito que nós estamos nos comportando aqui, a base, a Maioria, esse Poder está sendo retirado, rebaixado. Então é isso que me deixa indignado e era isso que eu queria dizer em relação ao que eu presenciei em relação a esse projeto. Se for desse jeito, qual o papel deste Parlamento?

Simplesmente homologar um projeto que vem do Executivo e pronto? Qual é o papel de V. Exas., que representam a categoria profissional, o papel de V. Exas. que representam um setor da população, se nem o direito de defender a população que V. Exa. representa o Executivo permite?

Com promessas futuras de que vai melhorar, de que amanhã nós vamos mandar um outro projeto, amanhã a gente corrige, tudo no futuro. Se faltasse recurso, deputado Valdomiro, muitos daqui votaram um orçamento de 300 bilhões, o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal está longe, quase dez por cento de diferença, hoje é 37, o limite prudencial é quarenta e sete.

Ainda vêm alguns aqui dizer que precisamos vender ativos, terrenos, bens, para poder cobrir os reajustes do funcionalismo, coisa absurda, que eu quero depois debater isso com mais tranquilidade aqui.

Mas no momento é dizer da minha indignação com esse comportamento, com esse papel que estamos exercendo, que para mim é só um rebaixamento, infelizmente. Mas vamos votar no projeto mesmo assim, porque, bem ou mal, é um reajuste que o funcionalismo, que o próprio governo reconhece que é 30% de defasagem em relação à inflação, mas nem isso esse projeto cobre.

Mas, mesmo assim, como é um reajuste para o funcionalismo público, é de praxe nós, do PT, votarmos a favor. Vamos votar na hora que for colocado em votação. Mas deixar registradas aqui essas observações em relação ao papel do Parlamento, o papel da base, em relação a esse projeto de lei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PERSIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Dando sequência à lista de oradores inscritos, para discutir contra, o deputado Capitão Telhada. O Capitão Telhada está sempre presente.

O SR. CAPITÃO TELHADA - PP – Boa noite, presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, funcionários civis, plateia que nos acompanha, é com muito orgulho que me dirijo a esta tribuna para participar das discussões desse importante projeto de lei complementar, o PLC nº 75, que trata da justa recomposição salarial que o governador Tarcísio de Freitas encaminha para esta Casa.

Até que enfim chegamos neste ponto. Já desde o dia 2 de maio que aportou na Assembleia Legislativa, votamos o salário mínimo, discutimos em congresso de comissões, em Colégio de Líderes, diversas horas, exaustivamente, com oportunidade de todos os deputados, deputadas, colocarem suas opiniões, colocarem as suas pontuações, e que ótimo que é assim, porque vivemos em uma democracia, vivemos em um lugar onde fomos eleitos, recebemos votos de confiança, para representar o povo.

Assim como eu, capitão da Polícia Militar, com 19 anos, servindo à população, envergando a minha farda cinza bandeirante, trabalhando na rua, combatendo o crime, junto com outros policiais militares, ombro a ombro, trocando tiro, como o Major Mecca falou, prendendo ladrão, ajudando cidadão de bem, salvando vidas, libertando reféns de barraco, onde estava tendo sua liberdade cerceada.

E hoje aqui representando a Polícia Militar, representando os meus irmãos policiais veteranos ou da ativa, e com oportunidade de voz e com propriedade falar sobre esse justo aumento. Eu mandei uma imagem para o Machado, nossa equipe técnica, a primeira imagem que eu busquei desde quando eu entrei na Polícia Militar.

Tenho certeza de que muitos deputados nunca tiveram acesso a esta informação. Eu entrei em 2004 na Polícia Militar, ainda com 17 anos de idade. Quando fui me alistar, e vejo aqui o coronel Eronides na plateia, meu grande amigo, que está indo para a reserva do Exército Brasileiro.

Quando eu entrei, em 2004, na Polícia Militar, eu peguei lá os aumentos. Quanto os governos nos valorizaram, valorizaram a Polícia Militar? Está lá: 8%, 10% em 2005, zero em 2007, tudo governo do PSDB, 28 anos de governo PSDB. Aí veio lá 2011, 12, 13, 14, recomposição inflacionária, bacana, mas contem, senhores e senhoras, contem quantos anos nós tivemos perdas inflacionárias, zero por cento.

O salário do policial jogado no lixo, o poder de compra, sem condição de fazer uma compra do mês. O Brasil torrando a inflação e o policial militar -, e eu já era tenente nessa época - combatendo o crime e o salário só perdendo o poder de compra, só perdendo.

Esses aumentos aí do Geraldo Alckmin, 15, 16, 17, zero, esse 4% foi ridículo, vergonhoso. Em 2018, 4%; em 2019, 5%; aí veio zero, zero do João Doria. "Ah, o João Doria deu 20% no último ano". Lógico, não deu nada em 2020, não deu nada em 2021, teve a desculpa da pandemia, só ficou pintando viatura e colocando casquete na cabeça e tira e põe boina, e põe casquete e põe cobertura, só porcaria para a Polícia? Valorizar de verdade, não fez nada.

E aí vem o primeiro governador em 30 anos - pode tirar a imagem, obrigado, Machado - o primeiro governador, Tarcísio de Freitas, que é militar, que tem valores, que tem princípios, que fez a mesma escola que a gente, que defende a família, que defende as boas práticas na política, e apresenta de verdade um reajuste, e a gente aqui, eu sou contra, até me inscrevi na lista de contra, sabe o que eu sou contra?

Não é contra o projeto, eu sou contra cortina de fumaça, eu sou contra narrativa falaciosa de ficar querendo colocar aqui quantas vezes discutimos aqui no congresso de comissões emendas para tirar a contribuição previdenciária, sendo que isso já foi tirado no dia 3 de maio.

Diversas emendas sendo discutidas, perdendo aqui 15 minutos, meia hora, 45, uma hora, perdendo tempo, só enrolando o meio de campo, deputados que abraçaram uma narrativa de uma pequena parcela da Polícia que estava insatisfeita, que está insatisfeita, e é verdade, uma parcela está, sim, insatisfeita com o reajuste, porque a gente sempre quer mais.

Lógico, eu também quero 200% de aumento, só que nós temos um governador que pensa tecnicamente. E a gente fica discutindo emenda aqui de contribuição previdenciária que já foi tirada do projeto.

O governador é, sim, o governo do diálogo, porque quando ele apresentou algo equivocado e nós, da base, identificamos, nós o alertamos, de pronto foi retirado, sem discussão, sem nada.

Ele assume o erro, como ele fez com o deputado Paulo Correa Jr. quando vetou a questão do autismo. Foi lá e falou para derrubar o veto e assinou, e foi um golaço. Quando ele prometeu na campanha que ia fazer um salário mínimo de 1.550 reais e cumpriu.

Quando ele falou que iria valorizar a Polícia, as polícias, e está fazendo. Por que eu não vou confiar nesse governador? Deem-me um motivo para eu não confiar nesse governador. Porque ele é cumpridor de promessa? Porque ele cumpre as promessas que fez na campanha?

Eu até entendo que muitos deputados aqui de esquerda estão até impressionados porque nunca viram isso, porque nós não estamos acostumados com um governador que cumpre o que fala. Nós não estamos acostumados a ver um aumento pensado tecnicamente.

Nós estamos acostumados a ver isso aqui: no último ano de governo dar um aumento para o outro pagar. Nós estamos acostumados a ver a Fazenda fazer qualquer aumento sem conhecer a graduação do policial, sem conhecer o posto. "Nós estamos acostumados a dar 5%, a dar 6%, a Polícia gosta de migalha. A gente agrada e eles vão levando".

Nós cansamos de ser massa de manobra e nós temos representante aqui agora, e pensamos com a própria cabeça, a gente não vai com a mente de ninguém. Todo mundo aqui é inteligente, tem equipe técnica para isso.

E pela primeira vez a gente viu um aumento que foi escrito, sim, com a Polícia Militar; sim, com a Polícia Civil, com a Polícia Técnico-Científica, sentado junto com o secretário de Segurança Pública. "Ah, mas ele escreveu o aumento." Sim, o Executivo tem que escrever o aumento. Isso é iniciativa exclusiva do Executivo, escreveram e mandaram para a Casa pensando.

Por favor, Machado. Coloca o próximo gráfico.

Dentre as premissas técnicas que foram escritas, isso aqui... eu não tenho procuração para defender ninguém, não tenho procuração. Eu defendo meu eleitorado, eu defendo a minha instituição, mas dentre as premissas técnicas que foram pensadas nesse projeto está essa aqui, que é justamente aumentar o efetivo da Polícia Militar.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, ninguém sabe disso, porque até agora a gente só fica falando aqui de ideologia vazia. Ninguém fala de fato, ninguém traz argumento técnico. Eu estou trazendo argumento técnico aqui. Quando eu entrei na Polícia Militar, 20 anos atrás, nós éramos 94 mil homens.

Hoje esse governo tem o desafio de fazer a melhor gestão. Sabe por quê? Porque o PSDB acabou com os valores da Polícia Militar. Nós somos 79 mil homens hoje. São Paulo cresce, enquanto a Polícia Militar diminui, enquanto a Polícia Civil diminui. Agora o nosso governo tem que lidar com isso aqui.

Eu vou explicar esse gráfico. No quadrado da esquerda, nós temos o histórico de inscritos no concurso da PM. Olha aqui, a primeira barra: 137 mil inscritos. O deputado Reis citou isso no Congresso de Comissões hoje.

Pode tirar foto, 137 mil inscritos em 2016. Isso aqui não faz 20 anos não. Isso aqui faz cinco anos. Em 2016, 137 mil inscritos, querendo ser policial militar. Em 2018, 86 mil inscritos. Em 2021, 72 mil inscritos. E o ano passado, 55 mil. Olha a perda que nós tivemos.